

CENÁRIOS POSSÍVEIS, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DO MESTRADO PROFISSIONAL NA SAÚDE COLETIVA. Leal MC, Freitas CM, organizadores. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006. 284 pp. ISBN: 85-7541-083-0

Instituída a partir de uma concepção e princípios democráticos, nos anos 80, a proposta de Reforma Sanitária Brasileira, em curso, representa uma ruptura política, jurídica e institucional com o modelo excludente anterior. Essa significativa mudança requeria e impôs novos desafios, tanto na estrutura político-organizacional dos serviços de saúde universalizados, quanto nas práticas cotidianas dos profissionais de saúde. Dessa forma, existe uma inter-relação direta entre o projeto político institucional e organizacional e a formação de recursos humanos, considerando os diferentes e diversos níveis: técnico e acadêmico de graduação e de pós-graduação (*Lato e Stricto Sensu*). Portanto, em busca de consolidar o processo de Reforma Sanitária Brasileira estava colocada a necessidade de formar novos profissionais qualificados e de requalificar profissionais, por meio de estratégias de educação continuada e/ou permanente, para os que já atuavam na rede de serviços de saúde pública em consonância com um novo modelo gerencial.

Outro dos grandes desafios colocados num contexto de mudanças democráticas na sociedade brasileira, com novos atores, era e ainda é, o do desenvolvimento científico e tecnológico nas várias áreas de conhecimento e particularmente da Saúde Coletiva/Pública. Portanto, um dos eixos fundamentais desse amplo processo de transformações é colocar no debate acadêmico questões referentes às propostas inovadoras de formação interdisciplinar e da pesquisa em saúde.

Nesse contexto, o livro organizado por Maria do Carmo Leal e Carlos Machado de Freitas aponta “cenários possíveis”, e traz “experiências e desafios do mestrado profissional na saúde coletiva”, permitindo ampliar o debate nas instituições formadoras em nível de pós-graduação de recursos humanos qualificados para o ensino e a pesquisa. Da mesma forma, amplifica o debate nas instituições públicas de prestação de assistência à saúde. Tanto os organizadores como os vários autores dos 12 capítulos deste livro sempre se colocaram como sujeitos implicados em processos de mudanças, e de maneira inequívoca contribuíram efetivamente, ao longo dos anos, com uma ampla produção intelectual, acadêmica e técnica no campo da saúde pública/coletiva.

Desde o prefácio até o último capítulo, todos foram escritos com compromisso e paixão, e mais ainda, com a certeza da inovação de quem quer buscar desbravar caminhos pouco explorados na formação *stricto sensu*, através do mestrado profissional. Relatam várias experiências de cursos dessa modalidade de formação de três programas de mestrado, de importantes instituições do país: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA) e Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ). Os autores apontam ainda desafios e tendências em distintos capítulos e num específico apresentam “um olhar para experiências internacionais”. Entretanto, várias características da pós-graduação não foram suficientemente abordadas ou foram levantadas como

questões ao debate público para atores interessados no tema. Em relação à insuficiência de programas e cursos de mestrado profissional, ficam pouco explicitados os motivos da baixa adesão dos mais de trinta programas de pós-graduação *stricto sensu* com mestrado acadêmico na área de saúde pública/coletiva reconhecidos pela CAPES. São decorridos mais de dez anos da Portaria nº. 47 (1995) da CAPES, que criava o mestrado “profissionalizante” e que sistematicamente tem sido objeto de reflexão, discussão e enfáticos debates, entre outros espaços, nos congressos da ABRASCO, seminários e oficinas com o Ministério da Saúde, Secretarias estaduais e municipais de Saúde e no Fórum de Coordenadores de Pós-graduação em Saúde Coletiva. Só recentemente (2005), um outro programa em Recife com mestrado e doutorado acadêmico (CPqAM/FIOCRUZ) foi aprovado pela CAPES na área de Gestão com três cursos em: gestão de instituições de C&T, gestão da vigilância epidemiológica e de gestão e avaliação de serviços de saúde.

Outros aspectos relevantes apresentados, nos diversos capítulos, e a serem ainda aprofundados, debatidos e definidos em relação ao mestrado profissional são: as características do perfil da chamada “demanda estratégica”, os processos seletivos, a isenção social, os objetivos específicos de cada curso, o projeto pedagógico, o conteúdo programático interdisciplinar, tempo de formação, o produto final (dissertação e outros produtos), a qualificação do corpo docente (titulação e produção científica e tecnológica) e finalmente o aproveitamento dos egressos. Entretanto, parece existir um consenso na área de que os cursos de mestrado profissional devem guardar relações estreitas com o mestrado acadêmico, principalmente quanto à qualidade dos cursos, posto que “*um não é mais nem menos que o outro*”, ambos devem guardar coerência de propósitos e objetivos e serem de indiscutível qualidade.

No livro em tela, são também apresentadas diversas características de 38 programas internacionais das Américas do Sul, Central e do Norte e da Europa de mestrados na área de saúde pública, sem especificar se os cursos recebem a qualificação “profissionalizante”, “profissional” ou acadêmico. Os primeiros são usados como sinônimos no Brasil para diferenciá-los do acadêmico, entretanto, nos demais países não existe esta diferenciação classificatória/explicativa. Nesse sentido e como provocação, é reconhecido que a demanda principal dos vários cursos de mestrado acadêmico no país são de profissionais que atuam nos serviços de saúde, que os conteúdos programáticos disciplinares na maioria dos programas são muito semelhantes e que os produtos finais em várias situações indicam uma estreita relação com os serviços de saúde, principalmente na área de gestão e avaliação e das vigilâncias (epidemiológica, sanitária e em saúde) e ainda os relativos aos sistemas de informação em saúde. Pode-se então refletir se determinados mestrados denominados como acadêmicos não poderiam ser classificados, com maior propriedade, como profissionais. Essa situação não foi devidamente contemplada/enfatizada pelos autores. Dessa forma, essa hipótese/situação, se confirmada pode ser uma questão importante a ser mais adequadamente aprofundada e debatida nos próximos anos.

Outras situações também poderiam ser mais amplamente contempladas pelos autores, como a questão do financiamento institucional, pagamento de docentes

e da relação público *vs.* privado, na medida em que a CAPES atua como reguladora, embora não fomente financeiramente o mestrado profissional.

Recentemente, talvez pela baixa adesão dos programas denominados acadêmicos de pós-graduação credenciados pela CAPES, alguns cursos de mestrado profissional foram credenciados, embora estes programas não possuam pós-graduação com mestrado e/ou doutorado acadêmico, alterando o cenário e a “tradição dos pioneiros” na área de saúde coletiva. Esse fato se consolidará como uma nova tendência da área? Sem dúvida, esse cenário se confirmado deverá trazer e impulsionar uma nova lógica para os vários programas e para a CAPES.

Por fim, trata-se de um livro reflexivo e apaixonado em defesa dessa modalidade de formação, de leitura obrigatória particularmente para docentes/pesquisadores e gestores da saúde nas diferentes instâncias de governo, membros de entidades e conselhos na área da saúde e de todos aqueles interessados na formação de recursos humanos qualificados para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Eduardo Freese de Carvalho
Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz,
Recife, Brasil.
freese@cpqam.fiocruz.br

OSWALDO CRUZ: A CONSTRUÇÃO DE UM MITO NA CIÊNCIA BRASILEIRA. Britto N. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006. 144 pp.

ISBN: 85-85676-09-4

A obra de Nara Britto já está em sua segunda impressão. Retomando o tema Oswaldo Cruz, com uma proposta singular, este trabalho editado pela primeira vez em 1995 traz uma interessante contribuição à história das instituições e das ciências da saúde no Brasil. Ao discutir Oswaldo Cruz tornado em mito, e o papel dos continuadores do projeto de saneamento por ele iniciado, mostra ao mesmo tempo conflitos e contradições por trás do mito, e prova mais uma vez que em ciência todas as dimensões se aproximam: saberes, competências, política, sociedade. Mostra que ontem, como hoje, a dimensão da pesquisa em saúde não é dissociada dos interesses políticos e sociais.

O livro é apresentado em capa-retrato de Oswaldo Cruz, a face do mito. Poucas imagens clássicas o ilustram, mais seria desnecessário. O tema é apresentado em Introdução apropriada, na qual a autora acentua que não pretende outra abordagem biográfica de Oswaldo, já há muitas. Em defesa da originalidade de sua obra, não se alongará confrontando o mito, mas apresentará as falas dos que o defenderam e elevaram após a morte, e tentará mostrar a intencionalidade dos discursos construindo um mito para o Castelo de Manguinhos, acima de seguidores fiéis e oponentes, de aprendizes e desafetos, útil entre outras coisas para unir em torno de um propósito sanitário. O livro é desenvolvido em quatro capítulos, que são os seguintes: *A Construção de uma Força Social, A Organização do Movimento sanitário; O Brasil de Luto pela Morte de Oswaldo Cruz; Como Prosseguir sem Oswaldo Cruz; O culto à memória.* Esses capítulos são arrematados por *Comentários Finais* e pela obrigatória apresentação de fontes e bibliografia. Nesse formato, relativamente sintético, Nara Brito apresenta o que foi originalmente sua

dissertação de Mestrado, defendida em 1992 no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No capítulo em que discute o movimento sanitário, a autora descreve a criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, suas ações e o papel de Belisário Penna como motor das ações que mantinham em movimento o esforço para tirar o Brasil do atraso, descaso, miséria, abandono e falta de saúde a que estavam relegados os já muitos milhões de brasileiros. Descrevendo essa “luta patriótica” pela saúde, lembra que trata-se de projeto social e moral, entendido como único capaz de salvar o país e impulsionar definitivamente o seu progresso. Nara contextualiza o momento em que se discute que “o Brasil é um vasto hospital” e a mobilização das lideranças médicas e acadêmicas representadas pela Academia Nacional de Medicina e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, juntando esforços ao então Instituto Oswaldo Cruz, para que se revertesse a situação a partir da difusão do olhar médico sobre o Brasil. Apresentando a polarização que originalmente representou a criação do Instituto Soroterápico, enquanto instituição de pesquisa, apartada dos núcleos acadêmicos tradicionais e confrontando saberes ali pregados, a autora apresenta aos seus leitores a tensão existente entre as instituições médicas da época e seus reflexos sobre a política de governo dividida entre apoiar ou não o crescimento e a perpetuação de Manguinhos. Num momento em que a tensão entre os saberes clínicos e os experimentais disputavam espaço, profissionais com formação e experiência em ambas as vertentes da carreira, sintetizando uma condição quase ideal, a começar pelo próprio Oswaldo Cruz, eram respaldo ao Instituto de Manguinhos. Atos públicos e homenagens feitas a Oswaldo Cruz já eram parte de uma importante estratégia de agregação dos médicos em torno das mudanças que se operavam, assim como as ações de divulgação de resultados de trabalhos, entre eles as investigações de Chagas, que deixaram tão impressionadas autoridades do porte de Míguel Couto. Com essa apresentação do cenário, Nara Britto oferece um retorno ao momento e à circunstância em que a perda de Oswaldo torna-se crítica. É disso que falará no capítulo seguinte.

No relato e discussão que se seguem sobre a perda de Oswaldo Cruz, um contraste interessante. O relato do mal que vitimou Oswaldo Cruz, crônico, prolongado por anos, conhecido por poucos, percebido e acompanhado por colegas mais próximos, afetando severamente uma série de dimensões da vida do cientista, já foi discutido por tantos biógrafos, e aqui é apresentado de maneira curta, acentuando a recusa do Oswaldo em buscar tratamentos melhores e minimizar seus riscos e desconfortos. Não aceitava diminuir o ritmo, abrir mão de seus projetos: “*Morrerei mais cedo se ficar inativo*”, teria sido sua frase a Salles Guerra, quando este tentou impedi-lo de viajar à Alemanha em 1911. Em poucos períodos a autora relata o final em Petrópolis, agonia prolongada e estoicamente suportada, segundo o mesmo biógrafo citado antes. Descrevendo os procedimentos e as notícias, o impacto da sua morte e o que foi oficialmente realizado, a autora acentua a manipulação da morte: as discussões que se sucederam, as cobranças às autoridades por terem dado pouca importância ao morto ilustre, as disputas e críticas à imprensa por não dar ao fato o valor devido, por não perceber a imensa perda e prejuízo para o país... Confrontado o que de